



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO

Nº 00552

PROCESSO SMA

Nº 13.653/2001

A Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 6938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 99.274, de 06 de junho de 1990, e demais normas pertinentes, emite a presente **Licença Ambiental de Instalação**, com base no Parecer Técnico CPRN/DAIA/187/08 e na Licença Ambiental Prévia 00762, para:

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

RAZÃO SOCIAL: RODOVIAS DAS COLINAS S/A

CNPJ: 03.025.305/0001-46

LOGRADOURO: AV. ANTONIO GAZZOLA, 1001

BAIRRO: JARDIM CORAZZA

MUNICÍPIO: ITU

CEP: 13301-245

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

NOME: DUPLICAÇÃO DA RODOVIA MARECHAL RONDON

LOGRADOURO: SP 300

MUNICÍPIO(S): ITU, SALTO, PORTO FELIZ E TIETÊ

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

DESCRIÇÃO: DUPLICAÇÃO DO TRECHO SITUADO ENTRE OS KM 113+000 E 119+200 DA RODOVIA MARECHAL RONDON - SP 300, NO MUNICÍPIO DE ITU.

OBSERVAÇÕES

- A presente Licença Ambiental de Instalação deverá permanecer no local do empreendimento.
- Previamente à operação do empreendimento deverá ser obtida a Licença Ambiental de Operação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.
- A Licença Ambiental de Operação somente será concedida após o cumprimento das exigências relacionadas neste documento.
- A presente Licença Ambiental de Instalação não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, licenças, autorizações ou certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, bem como não significa reconhecimento de qualquer direito de propriedade.
- Integra(m) a presente Licença 01 anexo(s).
- O prazo de validade desta Licença Ambiental de Instalação é de 06 (SEIS) ano(s), a contar da data de sua emissão.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

USO DA COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Data: 25/04/08

FRANCISCO GRAZIANO NETO - Secretário de Estado



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**

**ANEXO**

Fls 01/02

PROCESSO SMA

Nº 13.653/2001

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO N º 00552

Durante o prazo de vigência da LI, o empreendedor deverá atender às seguintes exigências:

1. Apresentar em até 60 (sessenta) dias após a emissão da LI os resultados da campanha de medição dos níveis de ruído a ser realizada antes do início das obras, com o acompanhamento de técnicos da CETESB;
2. Providenciar o cadastramento das áreas de apoio às obras previstas, conforme os procedimentos estabelecidos pela Resolução SMA 30/00. Caso seja necessária a utilização de novas áreas de apoio externas à faixa de domínio, o empreendedor deverá priorizar áreas que se enquadrem na Resolução SMA 30/00. No caso de áreas de apoio que não se enquadrem na Resolução SMA 30/00, o empreendedor deverá providenciar a autorização do DEPRN antes do início das intervenções e apresentar ao DAIA estudo detalhado da área selecionada, contendo uma caracterização completa da área e do entorno imediato, os volumes envolvidos, o plano de utilização e o projeto de recuperação final, além da autorização do proprietário e, no caso de área urbana, a manifestação da Prefeitura Municipal;
3. Encaminhar os planos de utilização e de recuperação das áreas de apoio externas à faixa de domínio, quando da definição dos respectivos aproveitamentos;
4. Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento das obras informando os aspectos relevantes da implantação do empreendimento, os resultados dos monitoramentos previstos, a situação atualizada da implementação das medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias e dos programas ambientais, a análise da eficiência das medidas preventivas e mitigadoras adotadas e o estágio de atendimento às condicionantes técnicas preconizadas no processo de licenciamento ambiental do empreendimento. Deverão constar também desses relatórios as não conformidades observadas durante a execução das obras e as respectivas medidas corretivas adotadas, indicando a causa das não conformidades e apresentando avaliação da necessidade de implementação de medidas adicionais ou de adequação das medidas ambientais previstas no licenciamento, além do atendimento às seguintes exigências:
  - 4.1 Atender às medidas estabelecidas no TCRA 16.607/08 firmado com o DEPRN ET Sorocaba e informar o estágio de seu cumprimento;
  - 4.2 Encaminhar cópias das outorgas emitidas pelo DAEE, as quais deverão ser obtidas antes do início das intervenções nos cursos d'água;
  - 4.3 Informar o destino efetivo dado aos resíduos gerados nas frentes de obras, com destaque aos resíduos da construção civil, bem como a localização do ambulatório médico, a qualificação dos responsáveis e a empresa especializada contratada para recolhimento do lixo hospitalar;
  - 4.4 Informar os progressos no atendimento ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental - TCCA; e
  - 4.5 Apresentar cópias da documentação que comprove a regularidade ambiental das empresas fornecedoras de material betuminoso e pétreo. Caso seja necessária a implantação de unidades de apoio industriais complementares, o empreendedor deverá providenciar sua regularização nos órgãos ambientais competentes.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



## Fls 02/02

PROCESSO SMA

Nº 13.653/2001

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO N.º 00552

1. Apresentar relatório final comprovando a conclusão das obras de duplicação no trecho entre os km 113+000 e 119+200 da rodovia Marechal Rondon – SP, informando os resultados dos monitoramentos previstos, a situação da implementação das medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias e dos programas ambientais, a análise da eficiência das medidas preventivas e mitigadoras adotadas, e o estágio de atendimento às exigências ambientais preconizadas no processo de licenciamento ambiental do empreendimento. Deverão constar também desse relatório as não-conformidades observadas durante a execução das obras e as respectivas medidas corretivas adotadas, indicando a causa das não-conformidades e informando se foram implementadas medidas adicionais ou de adequação das medidas ambientais previstas no licenciamento.

Após a obtenção da LO o empreendedor deverá:

1. Apresentar em até 60 (sessenta) dias após a emissão da LO os resultados da campanha de medição dos níveis de ruído nos pontos identificados como críticos, com o acompanhamento de técnico do Setor de Avaliação de Tecnologia do Ar, Ruído e Vibrações da CETESB, conforme orientação dessa Companhia e, caso tenham sido identificados locais com níveis de ruídos superiores aos valores permitidos pela legislação vigente, implementar medidas mitigadoras em até 180 (cento e oitenta) dias.

1ª via (branca) - interessado 2ª via (verde) - emitente 3ª via (rosa) - arquivo

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem